





RELATÓRIO ANUAL 2020





**NOTAS EXPLICATIVAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(EM REAIS)**



COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC - SICOOB GRANDE ABC, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/03/2006, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB GRANDE ABC possui 2 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: RIBEIRÃO PIRES – SP e SÃO CAETANO DO SUL - SP.

O SICOOB GRANDE ABC tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

De investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

(descrever as ações realizadas, recomendações, e frentes de adotadas durante o período pandêmico)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	231.325,79	126.252,37
Relações interfinanceiras - centralização financeira	1.440.951,96	163.358,27
TOTAL	1.672.277,75	289.610,64

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações Interfinanceiras de Liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.005.796,60	-
TOTAL	4.005.796,60	-

(b) Refere-se ao Fundo de Investimento de Renda Fixa no Sicoob Cecresp, cujo rendimento no exercício findo 31/12/2020 foi de R\$ 5.796,60.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	8.584.232,49	-	13.463.667,54	-
TOTAL	8.584.232,49	-	13.463.667,54	-

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2020 foram respectivamente R\$ 793.165,09 e R\$ 375.605,20.

7. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	1.440.951,96	-	163.358,27	-
TOTAL	1.440.951,96	-	163.358,27	-

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	5.055.874,32	9.363.214,20	14.419.088,52	7.678.943,65
Financiamentos	133.957,30	363.368,14	497.325,44	32.800,91
Total de Operações de Crédito	5.189.831,62	9.726.582,34	14.916.413,96	7.711.744,56
(-) Provisões para Operações de Crédito	(156.945,65)	(276.149,68)	(433.095,33)	(587.967,95)
TOTAL	5.032.885,97	9.450.432,66	14.483.318,63	7.123.776,61

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	1.420.335,54	0,00	1.420.335,54		538.772,98	
A	0,5%	Normal	8.154.754,74	205.982,90	8.360.737,64	(41.803,69)	2.297.056,61	(11.485,28)
B	1%	Normal	1.751.646,93	218.348,07	1.969.995,00	(19.699,95)	1.788.682,08	(17.886,82)
B	1%	Vencidas	1.575,07	0,00	1.575,07	(15,75)	10.197,17	(101,97)
C	3%	Normal	2.408.121,39	72.994,47	2.481.115,86	(74.433,48)	2.054.106,80	(61.623,20)
C	3%	Vencidas	9.736,92	0,00	9.736,92	(292,11)	0,00	0,00
D	10%	Normal	120.219,39	0,00	120.219,39	(12.021,94)	253.627,20	(25.362,72)
D	10%	Vencidas	53.258,29	0,00	53.258,29	(5.325,83)	26.293,84	(2.629,38)
E	30%	Normal	32.517,04	0,00	32.517,04	(9.755,11)	64.716,41	(19.414,92)
E	30%	Vencidas	20.657,20	0,00	20.657,20	(6.197,16)	75.541,02	(22.662,31)
F	50%	Normal	326.650,97	0,00	326.650,97	(163.325,49)	18.153,22	(9.076,61)
F	50%	Vencidas	38.779,61	0,00	38.779,61	(19.389,81)	321.904,13	(160.952,07)
G	70%	Normal	1,23	0,00	1,23	(0,86)	7.298,83	(5.109,18)
G	70%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	12.436,22	(8.705,35)
H	100%	Normal	5.502,84	0,00	5.502,84	(5.502,84)	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	75.331,36	0,00	75.331,36	(75.331,36)	242.958,05	(242.958,05)
Total Normal			14.219.750,07	497.325,44	14.717.075,51	(326.543,36)	7.022.414,13	(149.958,73)
Total Vencidos			199.338,45	0,00	199.338,45	(106.552,02)	689.330,43	(438.009,13)
Total Geral			14.419.088,52	497.325,44	14.916.413,96	(433.095,33)	7.711.744,56	(587.967,95)
Provisões			(427.692,12)	(5.403,21)	(433.095,33)		(587.967,95)	
Total Líquido			13.991.396,40	491.922,23	14.483.318,63		7.123.776,61	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.500.226,26	2.555.647,96	9.363.214,20	14.419.088,52
Financiamentos	35.758,59	98.198,71	363.368,14	497.325,44
(-) Provisões de Operações de Crédito	(79.374,47)	(77.571,18)	(276.149,68)	(433.095,33)
TOTAL	2.456.610,38	2.576.275,49	9.450.432,66	14.483.318,63

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	298.683,17	-	298.683,17	2%
Setor Privado - Serviços	12.610.390,00	358.189,44	12.968.579,44	87%
Pessoa Física	1.510.015,35	139.136,00	1.649.151,35	11%
TOTAL	14.419.088,52	497.325,44	14.916.413,96	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(587.967,95)	(1.180.593,33)
Constituições	(1.060.372,91)	(980.732,57)
Reversões	876.567,34	573.585,71
Transferência para prejuízo	338.678,19	999.772,24
TOTAL	(433.095,33)	(587.967,95)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.108.219,51	7,00%	607.500,00	8,00%
10 Maiores Devedores	7.186.758,83	48,00%	4.009.474,86	51,00%
50 Maiores Devedores	13.153.856,61	88,00%	6.326.983,56	81,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.988.517,44	1.143.191,47
Valor das operações transferidas no período	1.169.937,66	1.017.589,83
Valor das operações recuperadas no período	(1.001.334,61)	(172.263,86)
TOTAL	2.157.120,49	1.988.517,44

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	-	-	35.197,67	-
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	12.440,36	-	12.355,12	-
Outras rendas a receber	1.123,44	-	1.071,97	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais (c)	10.402,56	-	3.656,57	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	-	12.000,00	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	91.756,00	-
Impostos e contribuições a compensar	28.508,23	-	18.051,02	-
Títulos e créditos a receber	31.518,25	-	35.296,85	-
Devedores diversos - país	1.912,38	-	4.602,39	-
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (d)	-	-	(17.958,07)	-
TOTAL	85.905,22	-	196.029,52	-

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 8.075,09) e rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 4.365,27).

(c) Refere-se à pagamento de férias dos funcionários.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Vencidas						10.990,19	(3.297,06)
F 50% Vencidas						11.421,12	(5.710,56)
G 70% Vencidas						12.786,36	(8.950,45)
Total Vencidos						35.197,67	(17.958,07)
Total Geral						35.197,67	(17.958,07)
Provisões						(17.958,07)	
Total Líquido						17.239,60	

10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas Antecipadas	17.068,07	-	8.064,66	-
TOTAL	17.068,07	-	8.064,66	-

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e IPTU.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	355.684,97	325.575,18
TOTAL	355.684,97	325.575,18

(a) Refere-se a cotas de capital na Central Sicoob Cecresp.

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso		-	52.755,00
Instalações	10%	163.680,29	18.072,93
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(13.769,67)	(10.488,31)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	341.080,22	109.946,82
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(69.092,10)	(51.661,57)
Sistema de Processamento de Dados	20%	128.576,86	98.703,98
Sistema de Segurança	10%	5.398,00	3.531,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(88.597,58)	(78.307,27)
TOTAL		467.276,02	142.552,58

13. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Sistema de Comunicação e de Segurança		29.289,04	-
(-) Amortização Acumulada de Sist. de Comunicação e Segurança	20%	(2.654,24)	-
TOTAL		26.634,80	-

14. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	9.647.052,49		4.755.903,53	
Depósito Sob Aviso	191.185,24	0,16	186.115,96	0,36
Depósito a Prazo	14.318.602,47	0,15	11.377.391,95	0,35
TOTAL	24.156.840,20		16.319.411,44	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.208.602,12	5,00%	1.170.578,21	7,00%
10 Maiores Depositantes	7.246.898,15	30,00%	6.509.052,56	41,00%
50 Maiores Depositantes	16.151.677,35	67,00%	12.562.641,54	78,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.839,82)	(5.069,28)	(5.001,31)	(10.314,94)
Despesas de Depósitos a Prazo	(116.276,08)	(316.277,90)	(298.399,95)	(644.541,61)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(15.012,45)	(27.806,99)	(12.114,13)	(24.561,33)
TOTAL	(133.128,35)	(349.154,17)	(315.515,39)	(679.417,88)

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.513,03	-	14.887,57	-
Sociais e Estatutárias	274.987,76	-	211.178,81	-
Fiscais e Previdenciárias	41.251,85	-	52.771,21	-
Diversas	231.122,83	-	206.421,95	-
TOTAL	550.875,47	-	485.259,54	-

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Funcionários (a)	23.948,37	-	-	-
Resultado de Atos com Associados (b)	18.545,74	-	13.975,56	-
Resultado de Atos com não associados	23.489,19	-	42.013,19	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	209.004,46	-	155.190,06	-
TOTAL	274.987,76		211.178,81	

(a) Refere-se à provisão de participação nos resultados dos funcionários.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Em 31/12/2020 foi destinado ao FATES o valor de R\$ 10.689,02.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3.055,54	-	370,73	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	34.112,96	-	49.950,33	-
Outros	4.083,35	-	2.450,15	-
TOTAL	41.251,85		52.771,21	

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	8.300,00	-	6.300,00	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	157.665,04	-	163.896,08	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	14.836,73	-	14.851,08	-
Credores Diversos – País (c)	50.321,06	-	21.374,79	-
TOTAL	231.122,83		206.421,95	

(a) Na conta de provisão para pagamento a efetuar encontram-se os seguintes registros: despesa de pessoal (R\$ 129.331,94), outras despesas administrativas com aluguéis, comunicações, transporte, compensações, seguro prestamista, provisão de despesas com cartões (R\$ 28.333,10).

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 747.585,07 (R\$ 579.492,68 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Na conta credores diversos – país está substancialmente composta: pendência à regularizar (R\$ 39.612,56) no prazo de 180 dias e credores diversos – liquidação de cobrança (R\$ 9.266,50).

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB GRANDE ABC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	4.755.517,40	4.712.735,58
Associados	1.796	1.718

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, sendo constituída em 31/12/2020 no valor de R\$ 21.378,03.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2020 a cooperativa teve sobra líquida de R\$ 183.468,28 disponível para assembleia geral.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	213.780,33	2.064,71
Sobras exercícios anteriores	1.755,00	
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	213.780,33	2.064,71
Reserva legal - 10%	(21.378,03)	(206,47)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(10.689,02)	(103,24)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	183.468,28	1.755,00

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	108.139,51	248.679,13	133.999,30	308.890,53
Despesas específicas de atos não cooperativos	(10.700,10)	(21.306,68)	(10.505,03)	(22.243,59)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(164.295,94)	(164.295,94)	(202.957,27)	(202.893,77)
Resultado operacional	(66.856,53)	63.076,51	(79.463,00)	83.753,17
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(8.290,27)	(8.290,27)	(31.761,86)	(66.024,25)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(75.146,80)	54.786,24	(111.224,86)	17.728,92
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.556,14)	(10.556,14)	-	-
Total de receitas de vendas de seguros com Associados (Resolução SICOOB Confederação 129/16)	(56.848,28)	(141.784,40)	(94.680,62)	(222.948,20)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido) a ser destinado ao FATES – Resultado com Não associado	(142.551,22)	(97.554,30)	(205.905,48)	(205.219,28)

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 64.583,99.

20. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	4.734,22	12.325,50	8.397,63	15.658,49
Rendas De Empréstimos	1.020.530,48	1.890.686,27	864.062,08	1.806.583,86
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	89.972,38	308.066,17	187.436,50	426.861,05
Rendas De Financiamentos	30.020,60	35.188,80	1.180,67	1.180,67
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	75.665,81	189.036,02	162.557,08	170.562,86
TOTAL	1.220.923,49	2.435.302,76	1.223.633,96	2.420.846,93

21. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(133.128,35)	(349.154,17)	(315.515,39)	(679.417,88)
Provisões/Reversões para Operações de Crédito	12.902,20	(201.861,74)	(287.141,68)	(422.302,91)
TOTAL	(120.226,15)	(551.015,91)	(602.657,07)	(1.101.720,79)

22. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	200.673,30	366.818,15	214.963,29	421.266,73
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	8.968,30	15.789,67	6.415,54	12.162,23
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	69.754,58	166.555,55	75.253,35	166.103,51
TOTAL	279.396,18	549.163,37	296.632,18	599.532,47

23. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	72.438,41	149.500,30	81.529,61	178.193,31
Rendas de Serviços Prioritários - PF	37.387,20	73.256,00	39.534,51	74.941,64
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.570,24	3.377,88	1.498,57	2.670,76
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	321.053,45	595.253,30	321.943,67	644.824,25
TOTAL	432.449,30	821.387,48	444.506,36	900.629,96

24. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	0,00	(600,00)	(3.600,00)	(7.400,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(209.100,00)	(296.854,31)	(93.796,98)	(206.891,86)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(231.601,09)	(485.460,98)	(291.861,19)	(561.956,97)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(143.569,70)	(322.244,38)	(187.070,32)	(381.485,99)
Despesas de Pessoal - Proventos	(391.039,19)	(890.898,87)	(496.578,43)	(1.000.163,49)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(500,00)	(500,00)	0,00	(412,08)
TOTAL	(975.809,98)	(1.996.558,54)	(1.072.906,92)	(2.158.310,39)

25. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(4.419,57)	(7.879,95)	(2.885,21)	(5.538,97)
Despesas de Aluguéis	(99.214,82)	(194.374,35)	(107.445,97)	(216.932,16)
Despesas de Comunicações	(42.970,34)	(79.711,69)	(37.960,03)	(76.443,57)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(8.897,98)	(10.399,32)	(560,40)	(905,40)
Despesas de Material	(6.551,20)	(12.722,82)	(8.944,37)	(22.277,47)
Despesas de Processamento de Dados	(45.652,70)	(121.779,52)	(72.218,00)	(134.631,01)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(13.536,74)	(16.877,43)	(15.910,38)	(27.208,15)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.300,00)	(2.100,00)	(220,00)	(7.270,01)
Despesas de Publicações	(400,00)	(400,00)	-	-
Despesas de Seguros	(5.862,74)	(11.457,18)	(5.863,44)	(10.197,90)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(104.745,93)	(211.258,07)	(132.731,96)	(308.010,83)
Despesas de Serviços de Terceiros	(43.792,36)	(74.237,36)	(20.782,74)	(37.255,52)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(40.002,85)	(52.029,34)	(6.627,78)	(13.607,55)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(23.686,89)	(78.204,02)	(57.669,07)	(100.503,19)
Despesas de Transporte	(22.126,09)	(41.870,55)	(23.910,83)	(43.033,65)
Despesas de Amortização	(1.269,14)	(1.269,14)	-	-
Despesas de Depreciação	(20.183,52)	(32.387,30)	(12.863,16)	(25.722,55)
Outras Despesas Administrativas	(4.795,71)	(13.283,85)	(11.173,81)	(23.932,55)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5.233,40)	(12.107,37)	(11.441,15)	(16.444,77)
Contribuição a OCE	(4.798,61)	(10.384,00)	(3.934,45)	(8.655,79)
Rateio de despesas da Central	(63.337,82)	(197.310,30)	(133.108,98)	(272.084,84)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(107.197,35)	(146.745,13)	(40.106,54)	(73.447,05)
TOTAL	(669.975,76)	(1.328.788,69)	(706.358,27)	(1.424.102,93)

26. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	10.556,14	12.356,14	-	-
Deduções e abatimentos	12,63	972,34	-	-
Distribuição de sobras da central	-	-	-	37.815,63
Rendas de repasses Del Credere	117,92	315,97	532,56	1.175,65
Outras rendas operacionais	13.866,21	17.941,68	15.464,19	21.284,00
Rendas oriundas de cartões de crédito	56.292,04	126.416,81	86.918,06	203.884,01
TOTAL	80.844,94	158.002,94	102.914,81	264.159,29

27. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(210,00)	(6.601,76)	(6.601,76)
Outras Despesas Operacionais	(7.728,96)	(13.185,44)	(32.197,59)	(58.685,38)
Descontos concedidos - operações de crédito	(355,60)	(355,60)	(12,97)	(12,97)
Cancelamento - tarifas pendentes	(54.835,40)	(94.795,40)	(93.681,30)	(164.292,05)
TOTAL	(62.919,96)	(108.546,44)	(132.493,62)	(229.592,16)

28. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Ganhos de Capital	2.207,77	2.207,77	965,44	1.243,29
(-) Perdas de Capital	(10.268,04)	(10.268,04)	(32.727,30)	(67.267,54)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(230,00)	(230,00)	-	-
Resultado Líquido	(8.290,27)	(8.290,27)	(31.761,86)	(66.024,25)

29. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	245.444,14	0,7604%	6.215,40
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	144.697,05	0,4483%	42,00
TOTAL	390.141,19	1,2087%	6.257,40
Montante das Operações Passivas	190.642,88	1,3328%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	728,18	3,64	0,6651%
Financiamentos	15.992,39	79,96	3,2157%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	35.417,85	0,3689%	0%
Depósitos a Prazo	199.621,52	1,3758%	0,1514%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,4950%	7,4333%
Financiamentos Rurais - repasses	1,1900%	24,4000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	92,7671%	119,2519%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	1,1155%
Aplicações Financeiras	1,3328%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	413.183,26
Financiamentos	269.757,51

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Modalidade Bacen	31/12/2020	31/12/2019
Gestão Coobrigação	28.905,63	-

30. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC - SICOOB GRANDE ABC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma

autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB GRANDE ABC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

31. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

31.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	4.624.224,98	4.454.202,69

34. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Grande ABC, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo

SANTO ANDRÉ-SP, 31 de dezembro de 2020.

Luciano Sangoi Kolas

Assinado de forma digital por
Luciano Sangoi Kolas
Dados: 2021.04.05 13:51:11 -03'00'

Luciano Sangoi Kolas
Diretor Presidente

VERONICA CRISTINA BUENO
RONCATO:39107551860

Assinado de forma digital por VERONICA
CRISTINA BUENO RONCATO:39107551860
Dados: 2021.03.24 19:15:46 -03'00'

Veronica Cristina Bueno Roncato
Contadora
CRC:1SP293772/O-3



RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC, na forma da legislação em vigor.

1. Política operacional

Em 2020 o Sicoob Grande Abc completou 14 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2020, o Sicoob Grande Abc obteve um resultado **positivo** de R\$ 183.468,28

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 10.025.184,45. Por sua vez a carteira de créditos estava com saldo de R\$ 14.483.318,63.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 24.156.840,20, apresentaram uma evolução em relação ao saldo do mesmo período do exercício anterior de 48%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	9.647.052,49
Depósito Sob Aviso	R\$	191.185,24
Depósitos a prazo	R\$	14.318.602,47

Os cinquenta maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 67% da captação, no montante de R\$ 16.151.677,35.

5. Patrimônio de referência

No exercício de 2020, o patrimônio de referência do Sicoob Grande Abc é de R\$ 4.624.224,98. O quadro de cooperados era de 1.796 havendo um acréscimo de 78 cooperados em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Grande Abc adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho fiscal

Efeito a cada 3 anos, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Grande Abc aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Código de ética

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

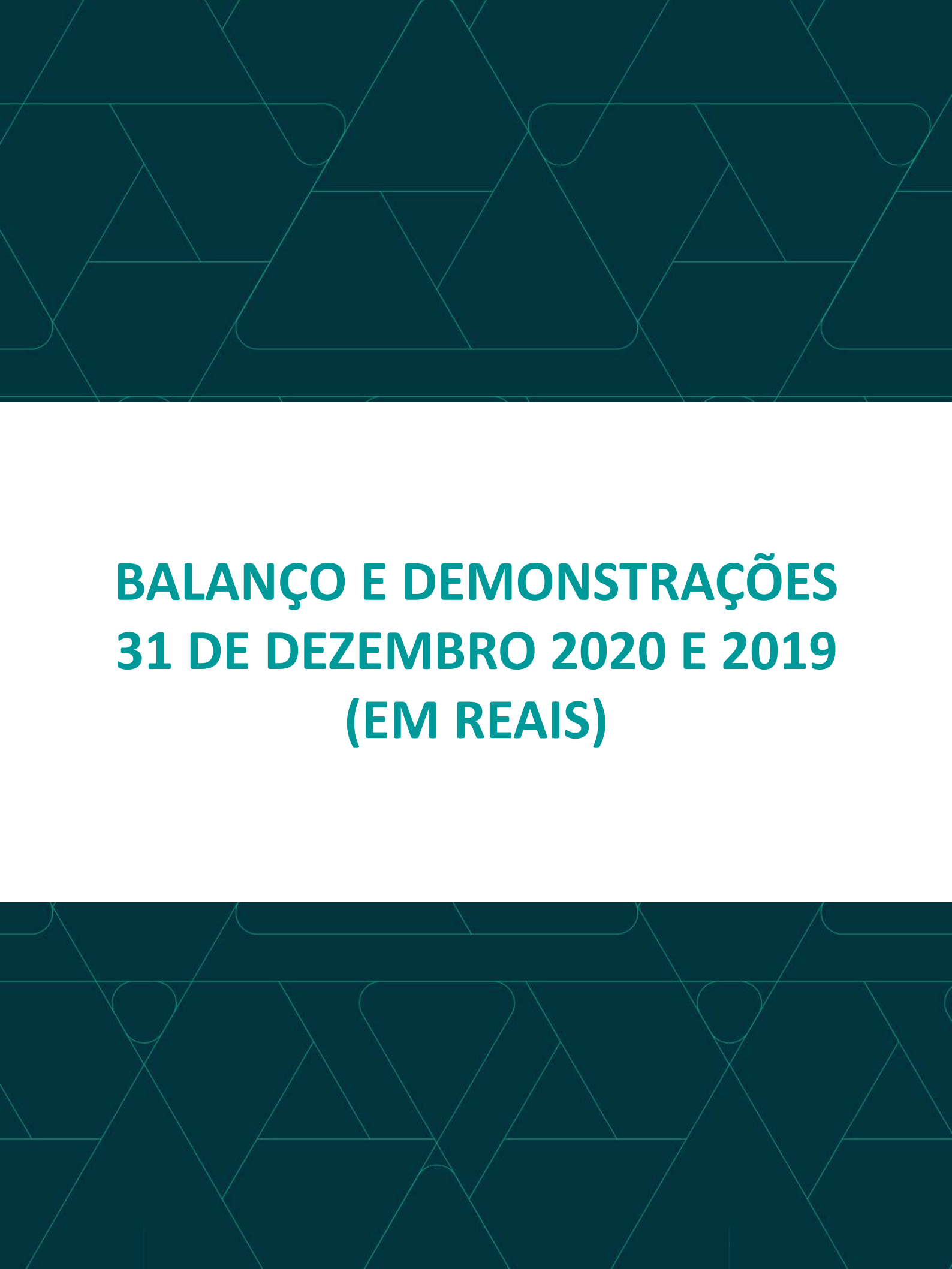
No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB registrou 9 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 9 reclamações, 2 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
São Paulo, 12 de março de 2021.

Conselho de Administração

The background of the page features a repeating geometric pattern of teal lines forming various shapes like triangles and hexagons. The text is centered in a white area.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES
31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019
(EM REAIS)

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC SICOOB GRANDE ABC
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		29.698.194,55	21.549.276,73
Circulante		19.398.166,10	19.450.951,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.672.277,75	289.610,64
Disponibilidades		231.325,79	126.252,37
Centralização Financeira - Cooperativas		1.440.951,96	163.358,27
Instrumentos Financeiros		12.590.029,09	13.463.667,54
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	4.005.796,60	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	8.584.232,49	13.463.667,54
Operações de Crédito	7	5.032.885,97	5.493.579,01
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		5.055.874,32	5.915.798,54
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(155.592,53)	(439.093,88)
Financiamentos		133.957,30	16.959,15
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.353,12)	(84,80)
Outros Créditos	9	85.905,22	196.029,52
Créditos por Avais e Fianças Honradas		-	35.197,67
Rendas a Receber		13.563,80	13.427,09
Diversos		43.833,19	147.311,81
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		28.508,23	18.051,02
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(17.958,07)
Outros Valores e Bens	10	17.068,07	8.064,66
Despesas Antecipadas		17.068,07	8.064,66
Não Circulante		10.300.028,45	2.098.325,36
Realizável a Longo Prazo		9.450.432,66	1.630.197,60
Operações de Crédito	8	9.450.432,66	1.630.197,60
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		9.363.214,20	1.763.145,11
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(272.099,59)	(148.710,07)
Financiamentos		363.368,14	15.841,76
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(4.050,09)	(79,20)
Permanente		849.595,79	468.127,76
Investimentos	11	355.684,97	325.575,18
Participação em Cooperativa Central de Crédito		355.684,97	325.575,18
Imobilizado de Uso	12	467.276,02	142.552,58
Imobilizado de Uso		638.735,37	283.009,73
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(171.459,35)	(140.457,15)
Intangível	13	26.634,80	-
Ativos Intangíveis		29.289,04	5.956,61
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(2.654,24)	(5.956,61)
Total do Ativo		29.698.194,55	21.549.276,73
PASSIVO		24.707.715,67	16.804.670,98
Circulante		24.707.715,67	16.804.670,98
Depósitos	14	24.156.840,20	16.319.411,44
Depósitos à Vista		9.647.052,49	4.755.903,53
Depósitos Sob Aviso		191.185,24	186.115,96
Depósitos à Prazo		14.318.602,47	11.377.391,95
Outras Obrigações	15	550.875,47	485.259,54
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.513,03	14.887,57
Sociais e Estatutárias		274.987,76	211.178,81
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		41.251,85	52.771,21
Diversas		231.122,83	206.421,95
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.990.478,88	4.744.605,75
Capital Social	17.a	4.755.517,40	4.712.735,58
De Domiciliados No País		11.574.300,42	5.457.225,58
(-) Capital A Realizar		(6.818.783,02)	(744.490,00)
Reserva de Sobras		51.493,20	30.115,17
Sobras ou Perdas Acumuladas	17.c	183.468,28	1.755,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		29.698.194,55	21.549.276,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC SICOOB GRANDE ABC
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		1.357.518,53	2.810.907,96	1.627.467,33	3.258.053,67
Operações de Crédito	20	1.220.923,49	2.435.302,76	1.223.633,96	2.420.846,93
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	6	136.595,04	375.605,20	386.503,26	793.165,09
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	-	17.330,11	44.041,65
Dispêndio da Intermediação Financeira		(120.226,15)	(551.015,91)	(602.657,07)	(1.101.720,79)
Operações de Captação no Mercado	21	(133.128,35)	(349.154,17)	(315.515,39)	(679.417,88)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	21	12.902,20	(201.861,74)	(287.141,68)	(422.302,91)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.237.292,38	2.259.892,05	1.024.810,26	2.156.332,88
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(937.068,13)	(1.938.732,95)	(1.072.502,49)	(2.082.918,62)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	22	279.396,18	549.163,37	296.632,18	599.532,47
Rendas (Ingressos) de Tarifas	23	432.449,30	821.387,48	444.506,36	900.629,96
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	24	(975.809,98)	(1.996.558,54)	(1.072.906,92)	(2.158.310,39)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	25	(669.975,76)	(1.328.788,69)	(706.358,27)	(1.424.102,93)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(20.637,84)	(31.901,15)	(11.105,58)	(24.711,62)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	26	80.844,94	158.002,94	102.914,81	264.159,29
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	27	(62.919,96)	(108.546,44)	(132.493,62)	(229.592,16)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(1.506,27)	(1.506,27)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		1.091,26	14,35	6.308,55	(10.523,24)
Resultado Operacional		300.224,25	321.159,10	(47.692,23)	73.414,26
Outras Receitas e Despesas	28	(8.290,27)	(8.290,27)	(31.761,86)	(66.024,25)
Outras Receitas		2.207,77	2.207,77	965,44	1.243,29
Outras Despesas		(10.498,04)	(10.498,04)	(32.727,30)	(67.267,54)
Resultado Antes da Tributação e Participações		291.933,98	312.868,83	(79.454,09)	7.390,01
Imposto de Rendas		-	(5.278,07)	(2.649,81)	(2.675,49)
Contribuição Social		-	(5.278,07)	(2.649,81)	(2.649,81)
Participações nos Resultados de Empregados		(23.948,37)	(23.948,37)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		267.985,61	278.364,32	(84.753,71)	2.064,71
Destinações Legais e Estatutárias		-	(30.312,05)	-	(309,71)
FATES	15.1	-	(10.689,02)	-	(103,24)
Reserva Legal	17.b	-	(21.378,03)	-	(206,47)
Outras Destinações Estatutárias	17.b	-	1.755,00	-	-
Resultado Antes dos Juros ao Capital		267.985,61	248.052,27	(84.753,71)	1.755,00
Juros ao Capital	19	(64.583,99)	(64.583,99)	-	-
Sobras/Perdas Líquidas	17.d	203.401,62	183.468,28	(84.753,71)	1.755,00
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	-	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC SICOOB GRANDE ABC
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		267.985,61	278.364,32	(84.753,71)	2.064,71
Juros ao Capital Recebido		(9.043,91)	(9.043,91)	(12.409,97)	(12.409,97)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	-	-	(37.815,63)
Participações nos Resultados de Empregados		23.948,37	23.948,37	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(12.902,20)	201.861,74	287.141,68	422.302,91
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		10.106,27	22.799,06	8.511,21	27.304,53
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		1.506,27	1.506,27	-	-
Depreciações e Amortizações		21.452,66	33.656,44	12.863,16	25.722,55
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		303.053,07	553.092,29	211.352,37	427.169,10
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(4.005,796,60)	(4.005.796,60)	-	-
Títulos e Valores Mobiliários		6.615,819,77	4.879.435,05	(435.205,49)	(121.580,40)
Operações de Crédito		(7.547,850,97)	(7.561.403,76)	(638.670,39)	(390.360,76)
Outros Créditos		268.234,77	110.124,30	22.237,86	(28.412,46)
Outros Valores e Bens		17.108,29	(9.003,41)	11.531,64	15.459,99
Depósitos à Vista		2.956,985,66	4.891.148,96	437.523,04	547.277,89
Depósitos sob Aviso		1.839,82	5.069,28	5.001,31	10.314,94
Depósitos à Prazo		1.144,057,75	2.941.210,52	181.198,26	(1.032.178,02)
Outras Obrigações		(328.358,44)	(36.665,62)	(243.473,47)	(155.787,94)
FATES Sobras Exercício		(10.689,02)	(10.689,02)	(103,24)	(103,24)
Imposto de Renda		-	(5.278,07)	(2.649,81)	(2.675,49)
Contribuição Social		-	(5.278,07)	(2.649,81)	(2.649,81)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(585.595,90)	1.745.965,85	(453.907,73)	(733.526,20)
Distribuição Sobras da Central		-	-	-	37.815,63
Recebimento de Juros ao Capital		9.043,91	9.043,91	12.409,97	12.409,97
Aquisição de Intangível		(26.048,39)	(27.903,94)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(247.778,26)	(357.110,74)	(52.755,00)	(53.886,62)
Aquisição de investimentos		(30.109,79)	(30.109,79)	(12.409,97)	(50.225,60)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(294.892,53)	(406.080,56)	(52.755,00)	(53.886,62)
Aumento por Novos Aportes de Capital		268.793,08	557.435,16	315.395,71	641.964,19
Devolução de Capital à Cooperados		(289.634,58)	(574.746,69)	(428.322,94)	(609.502,22)
Estorno/Cancelamento de Capital		(600,00)	(600,00)	-	-
Juros ao Capital pago		60.756,60	60.756,60	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(63,25)	(63,25)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		39.251,85	42.781,82	(112.927,23)	32.461,97
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(841.236,58)	1.382.667,11	(619.589,96)	(754.950,85)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		2.513,514,33	289.610,64	909.200,60	1.044.561,49
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	1.672,277,75	1.672.277,75	289.610,64	289.610,64
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(841.236,58)	1.382.667,11	(619.589,96)	(754.950,85)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚLTIPLO DOS PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDEDORES DO GRANDE ABC
SCOOB GRANDE ABC
DISTRIBUIÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Saídas		Outros	Saldo de Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Contingências			
Saldo em 31/12/2018	5.271.294,61	(1.915.023,93)	485.493,47			(485.493,27)	4.710.361,31
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores							
Destinação de Saldo Exercício Anterior:							
Ao FATES							
Dotação Destinações							
Constituição de Reservas							
Em Conta Corrente do Associado							
Ao Capital							
Cotas de Capital a Pagar - Ex. associados							
Outros Eventos/Reservas							
Constituição de reservas por incorporações							
Moimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	(204.588,61)	146.511,00					641.064,19
Por Devolução (-)	(695.512,20)						(609.502,22)
Emissão de Capital							
Cancelamento de Capital							
Reversões de Reservas							
Saldo de Perdas Brutas						485.493,27	2.064,71
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital							
Subscrição de Juros ao Capital							
Juros ao Capital							
IRRF sobre Juros de Capital							
Juros ao Capital - Conta Corrente							
BPP sobre Juros ao Capital - Conta Corrente							
Juros ao Capital - Ex. associados							
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex. associados							
Moimentação por incorporações							
FATES - Alto Não Cooperativas							
Destinação dos Saldos aos Fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva							
Outros Fundos Específicos			166,47				(166,47)
FATES							(103,24)
Saldo em 31/12/2019	5.407.223,95	(144.493,93)	33.113,17			1.265,00	4.744.028,75
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores							
Destinação de Saldo Exercício Anterior:							
Ao FATES							
Dotação Destinações							
Constituição de Reservas							
Em Conta Corrente do Associado							
Ao Capital							
Cotas de Capital a Pagar - Ex. associados							
Outros Eventos/Reservas							
Constituição de reservas por incorporações							
Moimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	6.611.728,18	(6.074.103,02)					537.625,16
Por Devolução (-)	(574.748,69)						(574.748,69)
Emissão de Capital	(900,00)						(800,00)
Cancelamento de Capital							
Reversões de Reservas							

Eventos	Capital		Reservas de Saídas		Outros	Saldo de Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Contingências			
Saldo em 31/12/2018	5.271.294,61	(1.915.023,93)	485.493,47			(485.493,27)	4.710.361,31
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores							
Destinação de Saldo Exercício Anterior:							
Ao FATES							
Dotação Destinações							
Constituição de Reservas							
Em Conta Corrente do Associado							
Ao Capital							
Cotas de Capital a Pagar - Ex. associados							
Outros Eventos/Reservas							
Constituição de reservas por incorporações							
Moimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	6.611.728,18	(6.074.103,02)					537.625,16
Por Devolução (-)	(574.748,69)						(574.748,69)
Emissão de Capital	(900,00)						(800,00)
Cancelamento de Capital							
Reversões de Reservas							

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC
SICOOB GRANDE ABC
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		203.401,62	183.468,28	(84.753,71)	1.755,00
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		203.401,62	183.468,28	(84.753,71)	1.755,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**RELATÓRIO DE AUDITORIA
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e aos Associados da

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC - SICOOB GRANDE ABC

Santo André – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC - SICOOB GRANDE ABC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC - SICOOB GRANDE ABC, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC - SICOOB GRANDE ABC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Russell Bedford

taking you further

Ênfase

Apresentação das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1, que às demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que consideram o balanço patrimonial apresentados por ordem de liquidez e exigibilidade e comparado com período corrente imediatamente anterior, bem como a publicação obrigatória da demonstração do resultado abrangente e do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período, conforme previsto na Resolução nº 4.720 de 30 de maio de 2019 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019, Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução nº 2/20 do Banco Central do Brasil (BACEN). Adicionalmente para fins de comparação e adaptação ao COSIF, plano de contas do Banco Central do Brasil, e as novas diretrizes contábeis, as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2019 sofreram reclassificações, porém sem efeito no resultado apurado naquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da Cooperativa da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Cooperativa a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
5091

Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2021.03.26
17:14:56 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



PARECER FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO MUTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB GRANDE ABC, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2020 para os fins previstos no artigo 58 do Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem o “BALANÇO GERAL” encerrado em 31 de Dezembro de 2020, bem como da Demonstração de “SOBRAS”, constatou-se que:

As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;

As despesas efetuadas autorizadas pela administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa e estão devidamente documentadas;

Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;

O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;

Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;

Os empréstimos foram concedidos de acordo com regras estabelecidas e aprovadas pelo conselho de administração;

Créditos a receber em atraso, estão sendo cobrados corretamente;

As pendências apontadas nos relatórios de auditoria pelo Sicoob Central Cecresp, foram respondidas e tomadas as devidas providências para a regularização.

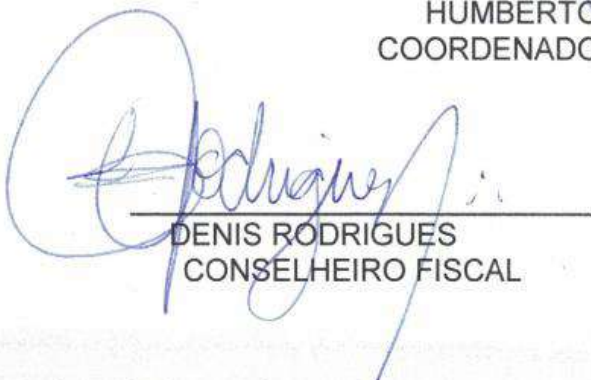
Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com a administração, que as explicou e a contento, tomou conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, aprovamos do Balanço Geral e Demonstrações de Resultado do ano de 2020.

Santo André, 01 de Março de 2021.



HUMBERTO SÉRGIO BATELLA
COORDENADOR CONSELHO FISCAL



DENIS RODRIGUES
CONSELHEIRO FISCAL



PAULO ROGERIO MAGRI
CONSELHEIRO FISCAL

RELATÓRIO ANUAL 2020



[/sicoobgrandeabc](https://www.facebook.com/sicoobgrandeabc)



[@sicoobgrandeabc](https://www.instagram.com/sicoobgrandeabc)



(11) 4992-7777